

---

## Governo promete jogar duro com o ensino privado

*Entrevista do ministro da Educação publicada no jornal A Notícia no dia 15 de março de 2004.*

A reforma universitária parece ser a principal bandeira do ministro da Educação. Mesmo sofrendo com a descrença de algumas alas do meio acadêmico, Tarso Genro se diz confiante com o sucesso da reforma. Um dos principais pontos é uma fiscalização mais rígida nas universidades particulares. Sem generalizar, Genro diz que algumas são verdadeiros "comércios de vagas" ou "empresas disfarçadas". O governo federal pretende jogar duro contra as universidades privadas. Não chega a ser uma caça as bruxas, porém, o ensino privado terá que se enquadrar em algumas regras. Segundo levantamento do Ministério da Educação, as entidades privadas são responsáveis por quase 70% das vagas no País. Em outro levantamento, o governo quer preencher as quase 40% das vagas ociosas existentes nestas universidades. "Será um convênio para beneficiar as pessoas de baixo poder aquisitivo. Não vejo qualquer problema nisso, nem moral, nem econômico", entende. Essas vagas seriam custeadas pelo próprio governo com bolsas de estudos - meia-bolsa ou integral conforme a renda familiar. O Ministério espera entregar a proposta de reforma universidade até novembro deste ano. Antes disso, pode surgir uma medida provisória sobre a cotas para negros e minorias, que já está com redação final e será apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o final desta semana. "A reforma é um projeto nacional de inclusão social. O debate será duro e queremos colocar o ensino privado nos trilhos do interesse público", projeta.(MAB)

### **A Notícia - Em que linha o Ministério da Educação trabalha a reforma universitária?**

**Tarso Genro** - As privadas, nos últimos 10 anos, multiplicaram as vagas e ocupam cerca de 70%. Temos que fazer uma nova regulamentação do público e do privado para aproveitar todo esse capital investido em detrimento da universidade pública. Queremos expandir a universidade pública, bem planejada, pois os recursos precisam ser deslocados para as regiões que não têm nem ofertas de vagas públicas, nem privadas. Outro movimento é dar mais rigidez a possibilidade de registro e permissão de funcionamento de instituições privadas. Tem boas instituições, mas também tem um grande comércio de vagas privadas, o que é nefasto. Não é preconceito contra as privadas, mas devem ser melhoradas. Temos um conjunto de demandas. Aqui em Santa Catarina tem a demanda da região da cidade de Turvo, com a ampliação da Universidade Federal de Santa

Catarina. É uma demanda respeitável, a região carece de ensino superior. Não vamos fazer de maneira irresponsável.

**AN - Quando o governo pretende concluir reforma universitária?**

**Genro** - Em novembro queremos que esteja pronta a chamada lei orgânica de regulação do ensino superior. Apresentaremos ao presidente que remeterá para análise do Congresso Nacional. A reforma é desencadeada por uma lei e é nessa lei que vai ficar as bases da reforma, mas sem ela nada acontecerá.

**AN - O senhor descarta a federalização das universidades privadas?**

**Genro** - Não descarto. Pode ocorrer também. Obviamente não é o nosso objetivo federalizar todas as universidades não-públicas do País. Pode ocorrer sim. Eu sou egresso de uma faculdade de direito que era privada e hoje integra a Universidade Federal de Santa Maria (RS). Agora, o governo vai dar preferência em locais onde não há universidade nem públicas nem privadas, senão não seria justo o investimento. Esse é o sentido do nosso trabalho.

**AN - As cotas vão além das questões raciais. No Brasil há a questão social muito presente. Como o governo pretende trabalhar com as questões da cotas nas universidades?**

**Genro** - Estou apresentando na semana que vem uma proposta de medida provisória para encaminhar logo a questão das cotas. Temos que resolver de maneira breve. No Brasil há uma fusão entre a questão social e racial, mas tem também a questão da reparação do Estado brasileiro com as comunidades negras. Essa reparação tem que ser trabalhada com políticas afirmativas. Entre um afrodescendente pobre e um não-afrodescendente pobre, que chegam a porta da universidade com a mesma nota, é justo discriminar em função da cor? Na nossa opinião, não. Temos que trabalhar em conjunto com a questão social, trabalhar com essas duas variáveis. (MAB)